AS DEPRESSÕES: UMA QUESTÃO CLÍNICA E DISCURSIVA?

Amanda Andrade Lima
Mestrado/UFF
Orientadora: Bethania Mariani

O que significa dizer que um dado sujeito está em depressão ou é deprimido? O que configura a clínica e o clínico, considerando o que concerne à prática psicanalítica - ou seja, aquela que é fundamentada pela lógica do inconsciente - e à clínica psiquiátrica - que leva em conta questões orgânicas e psíquicas?

Como *corpus*, lanço mão do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV*. O DSM-IV é conhecido como um manual que serve para a facilitação de um intercâmbio mutuamente produtivo (de maneira suposta) entre a Associação Psiquiátrica Americana e a Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, é uma ferramenta em que se encontram classificações de diversos tipos do que se significa como "transtornos". Estamos falando de um manual bastante utilizado, que tem um grande peso na atual clínica médica. O médico "diagnostica", já atravessado pelo que está descrito no manual.

Especificamente, selecionamos o capítulo nomeado como *Transtornos do humor*, que trata da depressão, pois, de acordo com o que se lê no prefácio do manual, as mudanças de "conteúdo" são feitas com base em dados empíricos. Sendo assim, interessa-nos perceber o que, no âmbito da clínica psiquiátrica, torna necessária a elaboração e a constante atualização de manual para consulta de um profissional designado como médico. Trabalhamos com o conceito de memória, como ele é definido por Orlandi (2010).

É importante trazermos aqui algumas formas de pensar a memória no âmbito da Análise de Discurso, através dos conceitos de *memória discursiva*, *memória institucional* e *memória metálica* Orlandi (2010).

A memória discursiva, ou interdiscurso, é definida por Pêcheux (2009[1975]) em relação às formações discursivas e às formações ideológicas, sendo que uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma formação ideológica dada. O interdiscurso recobre e recorta as diferentes formações discursivas, que têm seus limites em constante movimento. Ele é "todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos" (ORLANDI, 2010, p. 33), sendo que este esquecimento é estruturante. Desse modo, não se tem acesso ao interdiscurso, ele é irrepresentável.

A memória institucional, ou memória de arquivo, é definida por Orlandi (2010) como aquela que não esquece, ou seja, que as instituições não deixam esquecer. As instituições são, segundo a autora, o que, num sentido amplo, recobrem escola, museu, políticas públicas, rituais, eventos etc. A memória produzida por essas diferentes instituições é a memória de arquivo.

E a memória metálica, segundo Orlandi (2010), é a memória da máquina, uma memória que não se produz pela historicidade, mas por um constructo técnico, que funciona e circula pela mídia e através das novas tecnologias de linguagem. Segundo a autora,

> Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação – produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o "quanto mais, melhor". O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento. Por ela, sabemos que o possível está justamente no esquecimento. Dessa perspectiva, é pouco favorável ter-se uma memória saturada (ORLANDI, 2010, p. 9).

Na distinção entre esses três tipos de memória, a autora afirma que cada uma delas acarreta diferenças na relação entre constituição, formulação e circulação de sentidos, ao mesmo tempo em que cada uma também afeta de modos diferentes a função-autor e o efeito-leitor. Isso porque, conforme escreve, "qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, consequentemente, com a ideologia)" (ORLANDI, 2010, p. 10).

Assim, a memória metálica, produzida pelas novas tecnologias de linguagem, não é um simples e imenso depositário de informações, dados e fatos, uma vez que ela também tem uma relação necessária com a interpretação. E ela também não contém todas as informações, dados e fatos existentes e completos, embora busque essa completude.

Desta maneira, indagamo-nos: é a doença que muda ou a escuta que sofre transformações? Quais os sentidos/discursos que circulam nessa clínica? Que saber é esse que passa da clínica para um dizer/saber, no campo do senso comum, levando o sujeito a dizer: "Eu tenho depressão", "Estou deprimido"?. Nesse caso, a clínica traz uma especificidade em que o que está em questão são classificações, e o clínico traz a escuta como base de sustentação, incluindo aquele que fala e aquele que escuta. Mas como isto se dá? Tratando discursivamente, que efeitos de sentido se produzem em tais diagnósticos?

Há de se apontar para a suposição de uma reciprocidade entre a clínica psiquiátrica (uma prática no âmbito da medicina) e a indústria farmacêutica, levando a um grande aumento de uso de medicação, sob a evidência de melhoria imediata/imediatista da qualidade de vida do sujeito. O quanto isto (não) está apartado da questão do aumento exacerbado do lucro dos fabricantes? É uma questão ainda a se pensar.

Prosseguimos: por que analisar justamente as depressões, ou como está escrito no DSM-IV, os *transtornos do humor*? Porque considero, do meu lugar e da minha experiência com a prática psicanalítica, que "as depressões" precisam ser escutadas. Não há nenhum exame que verifique se o que o paciente relata é o que de fato está determinado nos moldes do DSM-IV. Isto é, o relato do paciente é escutado como a "verdade" sobre aquilo que o acomete, uma verdade a partir da qual se produzem diagnósticos e se prescrevem medicações.

A proposta desta pesquisa é ler a palavra, ou seja, o significante 'depressão', com base na noção de significante tal como esta foi pensada por Lacan (1998 [1964]). A palavra 'significante' será discutida, aqui, tendo em vista duas possibilidades conceituais, a Psicanálise e a Análise do Discurso.

Iniciaremos a reflexão a partir do que Orlandi (2007) vai trabalhar no seu livro "As formas do silêncio": a partir do dito e do não dito, quando falamos alguma coisa, outras ficam silenciadas. Abordaremos tal formulação a fim de pensar o que pode estar silenciado quando um sujeito recebe o diagnóstico de "deprimido".

Com base no que Orlandi (2007) formula e trabalha acerca da posição do analista e no que concerne aos conceitos que o analista mobiliza para tratar suas questões é que estou me aventurando a ler o que Pêcheux deixou como base de referência para entender a Análise do Discurso. Conforme esta autora (2007),

> Tomando Pêcheux como referência básica para entender a análise de discurso da escola francesa, podemos dizer que o que singulariza o pensamento desse autor, e estabelece consequentemente a sustentação fundamental da análise de discurso, é o lugar particular que ele dá à língua, de um lado, em relação à ideologia, que ele trata no domínio conceitual do "interdiscurso**", e, de outro, ao inconsciente, na relação da língua com o que seria a lalangue (Lacan) e de que Pêcheux não trata especificamente em seu trabalho, já que ele visa justamente o outro lado dessa relação: o discurso como lugar de contato entre a língua e ideologia**. (ORLANDI, 2007, p. 30).

Em face desta citação, a Análise do Discurso não vai trabalhar com o inconsciente, mas sim com o funcionamento da ideologia, ainda que reconheça e considere o funcionamento do inconsciente.

Inserimos em nossa reflexão outro questionamento: é possível pensar o silêncio e o inconsciente?[1] Inconsciente nos termos em que é pensado por Freud e Lacan, conceito de grande referência para a Psicanálise? Inconsciente, segundo Freud e Lacan, enquanto o que manca, o que é estruturado como uma linguagem e que possibilita sustentar que o sujeito é dividido, que "o eu não é senhor da própria casa" (FREUD, 1996[1930])?

É importante destacar que esta pesquisa não se furta ao desafio de pensar e se submeter à crítica (produzindo e recebendo-a) a partir da pergunta: o que um psicanalista pode ler da teoria da Análise do Discurso?

Deixamos essa questão em aberto, a fim de poder prosseguir no que Orlandi nos oferece em sua obra "As formas do silêncio no movimento dos sentidos" (ORLANDI, 2007). Na introdução do livro, a autora apresenta o silêncio como sendo uma dificuldade, pois tomá-lo como objeto de reflexão é colocarmo-nos na relação do dizível com o indizível, o que faz-nos correr o risco de seus efeitos: o de não saber caminhar entre o dizer e o não dizer. Ainda de acordo com Orlandi (2007):

> (...) 1- há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2- o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas "pôr em silêncio") nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender a dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado na rubrica do "implícito" (...) o silêncio como horizonte, como iminência do sentido, tal como expressamos no corpo de nosso trabalho, aponta-nos que o fora da linguagem não é o nada mas ainda sentido (ORLANDI, 2007, p. 12).

Afinal, o que permanece silenciado sobre as chamadas depressões, em um Manual descritivo e prescritivo? O que não é dito, escutado, falado e comparece discursivamente como sentidos silenciados no DSM-IV? Sentidos que atravessam as palavras, que irrompem à revelia, indicando que os sentidos sempre podem ser outros (PÊCHEUX, 2012[1983]), ou ainda que muito do que venha a ser importante e relevante nunca se diz ou simplesmente se evita dizer. Esses modos de existir dos sentidos e do silêncio levam-me a colocar o silêncio, no fluxo do que Orlandi (2007) nos ensina, como fundante.

Desse modo, nesta reflexão, procuro indicar as várias pistas pelas quais alcançamos esse princípio da significação: o silêncio como fundante. Paralelamente, objetivo aprofundar a análise das formas de apagamento dos sentidos, de silenciamento e de produção do não-sentido onde ele "mostra algo que ameaça" (ORLANDI, 2007, p. 14).

[1] A respeito da relação entre silêncio e inconsciente, faz-se relevante consultar a tese: CARNEVALE, Ana. *O silêncio na constituição do sujeito*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

Como já foi mencionado, meu percurso teórico é atravessado por uma prática psicanalítica, e introduzo em minha reflexão o que Lacan (2005) inventa em seu ensino, a saber, o *objeto pequeno a* e, com isso, o que Lacan (2005) irá teorizar sobre a angústia. Por que e como falar de angústia em uma pesquisa que se inscreve no âmbito da Análise do Discurso?

Tendo em vista esta minha trajetória, suponho ser da ordem de uma posição ética a necessidade de trazer para a reflexão o que Lacan (2005) nos instrui com relação à angústia e o que já pude experimentar como possibilidade de dizer. A pergunta desta pesquisa também acaba indicando que o modo como os sentimentos, emoções, afetos são escutados, silenciados, fazem diferença e apontam para questões outras que interessam à Análise do Discurso. Ou seja, a questão se abre, portanto, para os discursos e sua relação com a língua e a ideologia.

Lacan (2005) dedica um ano de seu ensino a falar da angústia e da relação dos psicanalistas com "uma certa" angústia, dirigindo-se aos psicanalistas: "Assim, portanto, a pergunta que fiz, sobre a relação de vocês como analistas com a angústia, deixa em suspenso esta outra: quem é que vocês poupam? O outro sem dúvida, mas também a vocês mesmos" (LACAN, 2005, p. 15).

Esta citação aponta para a dificuldade de trabalhar o que é a angústia, devido ao que ela pode promover (a própria angústia). Isto é fundamental, justamente por conta de a Psicanálise ser uma prática que trata do desejo, e a angústia, enquanto signo do desejo, incluir e tocar em pontos da própria angústia. Se recusamo-nos a isso, recusamo-nos ao desejo e à Psicanálise. Trata-se de uma questão importante para o que estamos pesquisando sobre as depressões.

Que movimento podemos ler quando um sujeito se diz deprimido? Há um movimento, mas precisamos pensar que movimento é esse. Pensar a depressão como movimento inclui também a questão do silêncio como foi aludido acima. O não-dito, o que está sob pressão. Uma outra leitura do significante 'depressão' é 'de/ - pressão', o que não pode ser dito ou não pode ser escutado.

Lacan (2005) trabalhará a angústia como movimento articulando com inibição, sintoma e angústia, marcando que a inibição, por exemplo, indica a distância que estamos frente ao trato com a angústia. O autor afirma que a angustia é um afeto que não é recalcado, marcando que ela se diferencia de emoção, sentimento ou paixão. Ela, portanto, insiste, ou melhor, resiste ao recalque e comparece. Frente a ela, o sujeito fica sem tela de proteção.

Todavia, quando a angústia comparece? Pergunta crucial para o que temos sustentado como questão. Seria a depressão uma resposta para não se haver com o desejo e, assim sendo, uma defesa contra a angústia? Caberia ao discurso médico, científico se ocupar disso? Apostamos que não, que a angústia é material para a Psicanálise se ocupar: esse é o nó da questão.

Que recursos uma Psicanálise pode oferecer para essa crescente demanda de sujeitos em depressão? A "cura pela palavra" (*talking cure*) foi o que Freud nos deixou como legado. Ainda hoje podemos refletir da mesma maneira como Freud refletiu?

Minha inserção no campo da Análise do Discurso tem possibilitado pensar a Psicanálise para além das fronteiras do privado/particular, fazendo-me questão o modo como a prática psicanalítica pode vir a se inscrever/escrever no social. O que um psicanalista pode oferecer como possível tratamento para as depressões é falar, e falar, para um psicanalista, inclui angustiar-se, sair de um movimento de inibição, sintoma e angústia. Por fim, introduzimos aqui a depressão para uma abertura em um movimento desejante.

A Análise do Discurso trabalha com matéria significante e materialidade significante. Segundo Orlandi (2007), a matéria significante é o silêncio. Esta reflexão possibilita pensar a concepção de sujeito no discurso, o que é destacado devido ao tema desta pesquisa e possíveis articulações teóricas. A autora propõe uma reflexão sobre o dizível e o indizível, pensando nos efeitos de sentido do silêncio. Em suas palavras:

> Acredito que o mais importante é compreender que: 1. **Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras**; 2. O estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas "por em silêncio") nos mostra que há um processo de produções de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do "implícito" (ORLANDI, 2007, p. 12).

Orlandi (2007) afirma que há silêncio nas palavras e que ele não nos remete ao dito, ele permanece em silêncio e significa. Esta é uma questão importante, pois retira a noção de significante como pura e exclusivamente ligada à relação com o som, por sua relação sonora com a linguagem, e o insere em uma relação mais pela via do sentindo, da significação. O silêncio, tratado dessa maneira, possibilita-nos questionar os efeitos de sentido. O silêncio não é categorizável, mas condição da linguagem (ORLANDI, 2007).

O silêncio que está sendo trabalhado aqui é o silêncio enquanto fundador, princípio de significação. Esta hipótese sustenta que o silêncio é a própria condição da produção de

sentidos, lugar de significação na linguagem. O silêncio, enquanto matéria significante, é movimento de sentidos, horizonte na linguagem, e não falta.

> D**essa concepção de silêncio, como condição de significação, resulta que há uma incompletude constitutiva da linguagem** quanto ao sentido (assim como, veremos em seguida**, também o sujeito tem uma relação importante com a incompletude) (...) Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente**. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando. (ORLANDI, 2007, p. 69, grifos nossos).

Pensar em fronteiras a partir da Análise do Discurso e da Psicanálise possibilita ler que existem outras formas de se teorizar o sujeito e sua constituição. O que Orlandi (2007) traz como silêncio surpreende, ao mostrar que o sujeito e sua constituição, tal qual pensado pela Psicanálise (que não trabalha o silêncio como noção), estavam para/em mim como uma evidência. Questão interessante, pois nos permitiu ver que a Psicanálise pode sim vigorar como uma ideologia se não incluirmos as diferenças, as outras formas de pensar.

Fronteira foi um significante que se destacou nessa tensão Análise do Discurso e Psicanálise, significante que já está se deslocando para diferenças. Se há fronteiras é porque há diferença, separação. São campos distintos, com teorizações distintas que tratam do discurso e do sujeito.

Essa é uma outra maneira de se pensar o sujeito e sua relação com a linguagem e com o significante. Incluir o silêncio que habita a linguagem, como possibilidade de pensar os efeitos de sentido.

Referências

CARNEVALE, Ana. *O silêncio na constituição do sujeito*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. [1964]. *O Seminário, Livro 11*: Os quatro conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Análise do Discurso*: Princípios e procedimentos. 9ª ed. Campinas: Pontes, 2010.